

Crédito de Confiança

O crédito garantido de quase US\$ 42 bilhões ao Brasil, aprovado pelo FMI, Banco Mundial, BID, BIS (o Banco Central dos bancos centrais) e um grupo de 16 países, liderados pelos Estados Unidos, não foi apenas o segundo maior empréstimo da comunidade financeira internacional a um país. Só perde para os US\$ 57 bilhões concedidos à Coreia do Sul. Trata-se, antes, de um crédito de confiança no Brasil.

Esse empréstimo tem características completamente diversas das operações de socorro aos países asiáticos ao longo dos últimos 12 meses e mais recentemente à Rússia. Todos os países assistidos haviam entrado em colapso financeiro, cambial ou fiscal. O próprio Brasil estava em situação semelhante quando recorreu ao Fundo Monetário Internacional em 1982 em troca de um empréstimo total de US\$ 5,8 bilhões.

A diferença não está apenas no volume de crédito sete vezes maior. Ao final de 1982, o Brasil fechou o ano com reservas negativas de US\$ 3,9 bilhões, mesmo tendo recebido um *empréstimo-ponte* de US\$ 3 bilhões dos Estados Unidos, situação agravada pelo constrangimento de ter o presidente Reagan saudado "o povo da Bolívia", ao desembarcar em Brasília. Apesar das perdas de US\$ 35 bilhões provocadas pelo calote russo que desde agosto último paralisou o crédito internacional, o Brasil ainda dispõe de US\$ 40 bilhões em reservas.

É verdade, o país tem problemas fiscais. Mas eles não são de hoje. Nem do Plano Real. São anteriores até mesmo à primeira crise da dívida externa e ainda estão à espera de correção – porque dependem do ajuste fiscal decorrente da aprovação das profundas reformas estruturais, como a previdenciária e a tributária. Quanto mais rápido forem implementadas, menores serão os sacrifícios sociais do ajuste.

Entretanto, se o Plano Real não tivesse conseguido um mínimo de estabilidade monetária – ainda que sob precário equilíbrio fiscal (desfeito pelo impacto da alta das taxas de juros nas crises da Ásia e da Rússia sobre a dívida pública) –, nem sido feito o saneamento preventivo do sistema financeiro, por meio do Proer, o Brasil estaria em situação bem pior e dificilmente teria suas dificuldades reconhecidas pelo Grupo dos Sete, que sabe ter sido atingido pelo calote da Rússia, que minou o sistema financeiro internacional.

O reconhecimento, por essa comunidade, dos progressos do Brasil e do senso de responsabilidade demonstrado desde a crise asiática de 1997 foi decisivo para o apoio financeiro das organizações multilaterais e do grupo de 16 países mais ricos, sob a liderança dos EUA.

Os países comprometidos com uma economia de mercado forte, sadia e competitiva reconheceram os méritos do ministro Pedro Malan e do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, em administrar uma das mais graves crises financeiras deste século.

Por isso, as teses levadas pelo Brasil à reunião do FMI e do Banco Mundial, em Washing-

ton, em favor da urgência da queda dos juros pelo G-7 e da montagem de uma nova arquitetura financeira para socorrer países emergentes atingidos pela paralisação do crédito internacional, foram bem acolhidas pelo Primeiro Mundo.

Os 16 países que se comprometeram a preservar o Brasil do contágio da crise internacional – o que contaminaria o sistema financeiro mundial –, encabeçados pelos EUA, coincidem com os países cujas empresas tiveram sua presença ampliada na economia brasileira, graças aos atrativos da abertura da economia, da estabilidade monetária e das perspectivas abertas pela privatização e a desregulamentação pelo Estado brasileiro.

O Brasil se comprometeu com a economia de mercado. A conta garantida a ser aberta por cada um desses países (os Estados Unidos entram com US\$ 5 bilhões; a França, Itália, Alemanha e Grã-Bretanha com US\$ 1,5 bilhão cada; o Japão com US\$ 1,250 bilhão; a Espanha com US\$ 1 bilhão; e Canadá, Portugal, Holanda, Bélgica, Suíça, Suécia, Finlândia, Áustria e Dinamarca com US\$ 250 milhões cada) pode ser comparada à participação de acionistas numa hipotética chamada de capital pelo Brasil.

Além de recompor a perda de reservas depois da crise russa, os créditos do FMI e dos organismos multilaterais poderão ser usados para prevenir eventuais dificuldades na rolagem dos compromissos do governo e das empresas privadas com vencimento próximo. A mesma utilização preventiva deve ter a conta garantia aberta pelos bancos centrais dos países do Primeiro Mundo, com a intermediação do BIS.

Apesar do lento retorno à normalidade no mercado internacional, persiste a resistência de bancos privados a aderir ao plano de ajuda financeira oficial ao Brasil. O ministro Pedro Malan e o presidente do BC, Gustavo Franco, vão se encarregar, em viagem aos centros financeiros de Nova Iorque, Londres e Frankfurt, de dobrar essas resistências.

É preciso, porém, não ser ingênuo. Muito do alarde feito nas duas últimas semanas em relação ao Brasil, inclusive com a exploração de um fantasioso escândalo financeiro envolvendo a figura do presidente da República, tinha relação direta com a proximidade da conclusão do acordo. Quem apostou forte contra o Brasil na crise russa – e impôs na ocasião fortes perdas de reservas ao país – passou a ficar em *corner* financeiro à medida que as negociações iam evoluindo.

Só fazendo espuma, mediante a disseminação de boatos, como os de desvalorização do real (o mais comum) e a fantasiosa ameaça de crise – o que poderia paralisar a votação do Programa de Estabilidade Fiscal no Congresso – criaria ambiente favorável à saída de uma posição perdedora. O Congresso, que não se deixou envolver pelas jogadas dos especuladores do mercado financeiro e do baixo jogo político, tem agora a enorme responsabilidade de zerar o seu saldo devedor para com a nação.